



ANÁLISE MENSAL

AGOSTO
2022



**política
por inteiro**

BALANÇO DE SINAIS
PÚBLICOS RELEVANTES PARA
A POLÍTICA CLIMÁTICA E DE
MEIO AMBIENTE NO BRASIL



Índice

- 1. Executivo ›
- 2. Legislativo ›
- 3. Judiciário ›
- 4. Amazônia ›
- 5. Conjuntura ›
- 6. Tendências ›

PODER EXECUTIVO FEDERAL

MONITORAMENTO DO DIÁRIO
OFICIAL DA UNIÃO

FOTO: ROBERT STUCKERT FILHO/PR



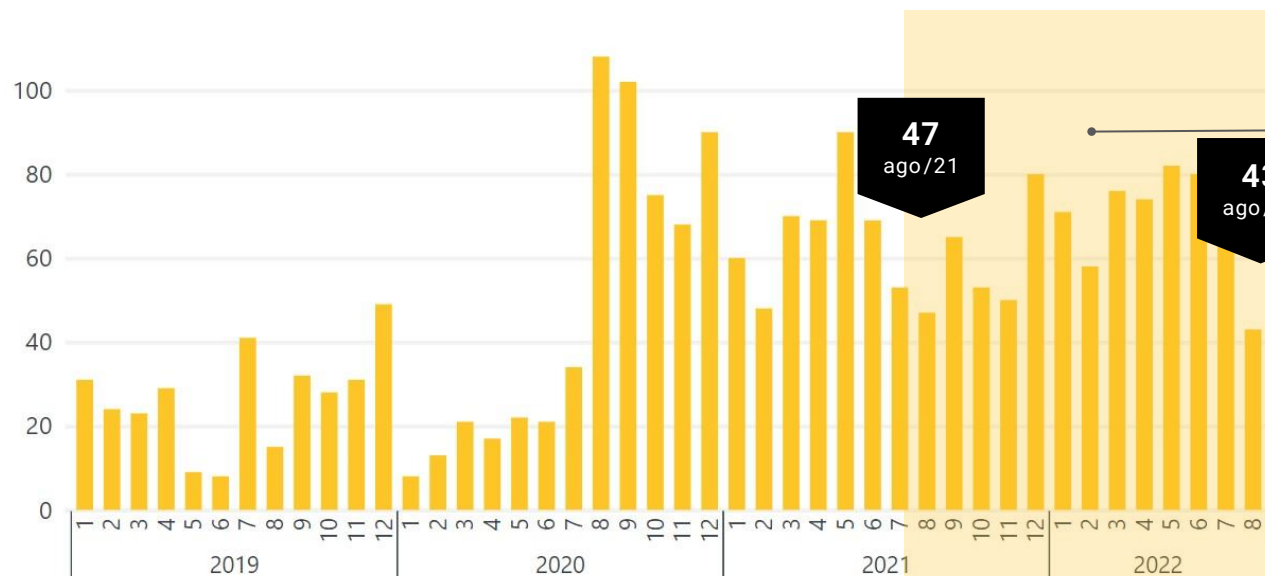
EVOLUÇÃO MENSAL DOS ATOS

Em agosto, o Monitor de Atos Públicos captou **43 atos** relevantes às políticas ambiental e de mudança climática publicadas no *Diário Oficial da União*. Foi o menor número de medidas captadas desde julho de 2020. A desaceleração pode ser reflexo do início oficial da campanha eleitoral.



NOTA METODOLÓGICA

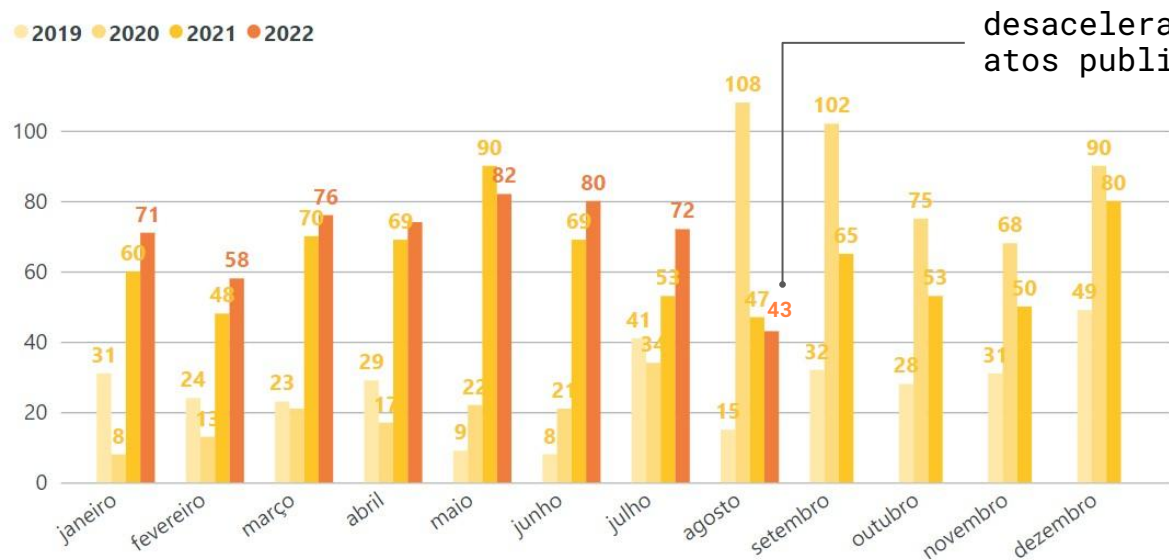
A Política Por Inteiro vem realizando uma revisão metodológica a fim de equalizar o foco do monitoramento, o que resultou no incremento de atos captados no ano de 2019.



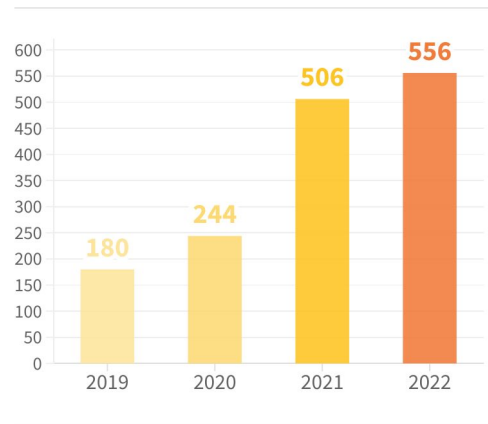
Últimos 12 meses:
67 atos
em média
por mês

Desaceleração

Mesmo com a desaceleração em agosto, o ano de 2022 mantém, em atos acumulados até o respectivo mês, um valor acima dos anos anteriores.

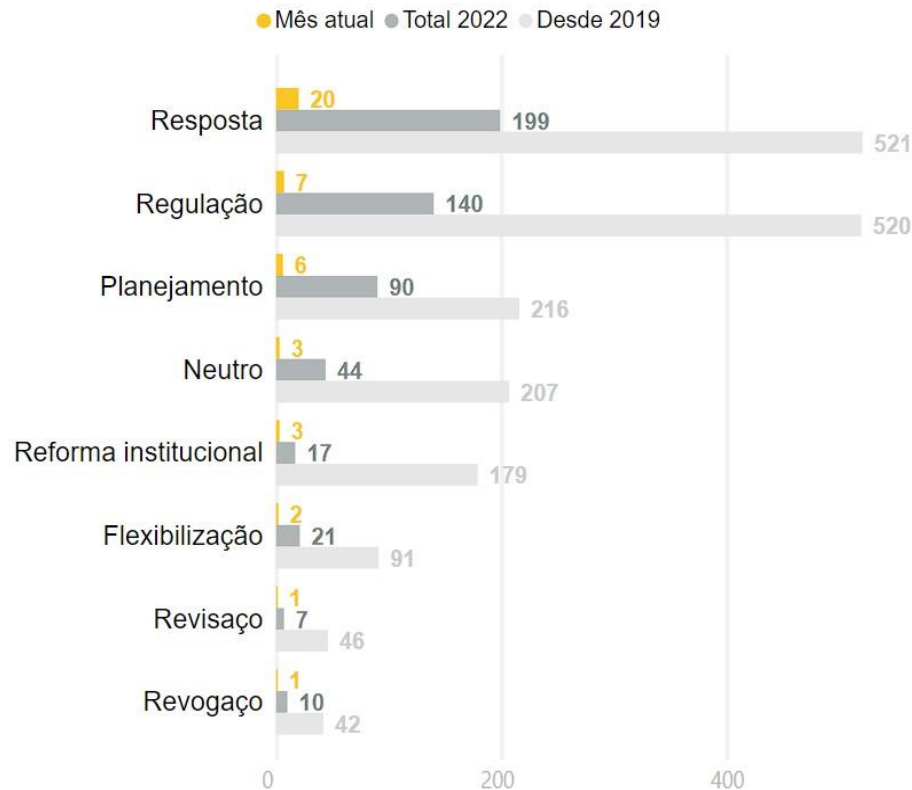


Atos acumulados no ano



ATOS DE AGOSTO POR CLASSE

Mesmo diante da tendência de queda no número total de atos captados, as classes mais frequentes do mês seguiram o mesmo padrão do mês anterior, sendo a mais captada **Resposta**, seguida de **Regulação** e na sequência **Planejamento**.



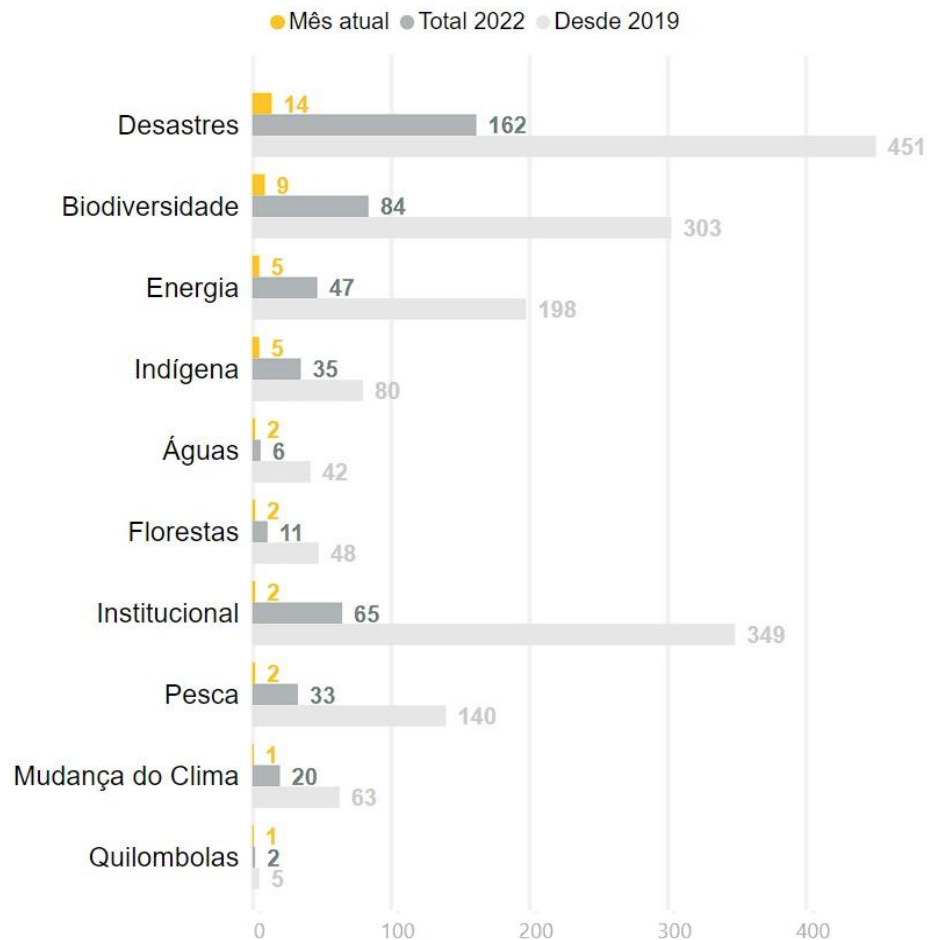
Destaques nas classes mais frequentes do mês

- **Resposta:** Reconhecimento das declarações de emergência e calamidade pública; Emprego da Força Nacional de Segurança Pública em Terras Indígenas.
- **Planejamento:** Programa Nacional do Hidrogênio; Licitação do Bloco Ametista no Sistema de Oferta Permanente; Aprova o PAN Cavernas do Brasil.
- **Regulação:** Política Nacional de Segurança de Barragem; Período de defeso de crustáceos; Grupos de Assessoramento Técnico (GATs); MP das Indústrias Nucleares do Brasil S.A.
- **Flexibilização:** Plano Setorial para Adaptação à Mudança do Clima e Baixa Emissão de Carbono na Agropecuária - ABC+ 2020-2030; Certificado de Registro e Autorização de Embarcação Pesqueira

Todas as normas do mês

Acesse o Monitor de
Atos Públicos

ATOS DE AGOSTO POR TEMA



EVOLUÇÃO DE ATOS POR TEMA

AGO
2022

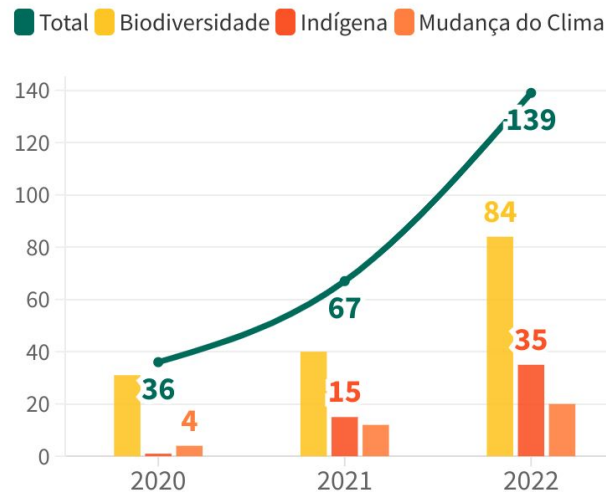
	Ano 2019													Total anual	2020													Total anual	2021													Total anual	2022													Total anual	Total
	Mês	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1		2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2		3	4	5	6	7	8									
Desastres	8	3	8	8	2		8		7	5	6	6	61								3	9	9	10	18	49	12	10	17	16	21	14	14	16	9	17	16	17	179	29	27	11	21	18	18	24	14	162	451								
Institucional	4	1	2	4	1	1	2	2	2	1	3	6	29	3	3	2	2	2	4	9	29	20	23	23	120	8	13	12	16	25	8	12	8	15	4	9	5	135	2	6	18	12	5	10	10	2	65	349									
Biodiversidade	9	6	5	5		9	3	10	10	7	21	85	2	1	2	5		3	18	3	9	10	7	60	3	3	5	8	12	6	2	1	11	7	4	12	74	12	5	12	7	21	10	8	9	84	303										
Energia		2		2	1	1	2	1			1	2	12				3	4	1	6	6	17	5	5	13	60	7	3	5	4	13	10	6	8	8	2	3	10	79	10	4	4	4	8	6	5	47	198									
Pesca		1		1	3		3	3	2	6	2	3	24	3	1	9	5	2	3		2	2	1	4	8	40	5			3	4	7	6	3	4	3	2	6	43	5	3	9	5	7	1	1	2	33	140								
Meio Ambiente	3	2		3	2	2	4		4	1	2	2	25	5	2	4		1	4	2	10	11	3	3	3	48	3	3	3	3	2			2		1	2	4	23	3	2	1	4	4	3	4	21	117									
Amazônia							2	1	3		2		8	2	1		5	5	3	5	2	7	6	3	39	6	2	3	6		3	5			4	1	1	31	1		2		1	1	3	8	86										
Indígena	2		2	4			1	1			1	2	13									3	1	1	6	1	2	1	3	4	2	2		2	3	2	4	26	3	5	1	3	7	8	3	5	35	80									
Agropecuária	1	1	1				2					2	7	1	1		2		2	4	4		1	15	3	5	4	3		2			1	5	3	4	30		3		6	2	4		15	67											
Mudança do clima											2	1	3	3		1			3			2	3	2	1	12	2		4	3			2	1	4	2	5	5	28		1	9	5	1	2	1	1	20	63								
Marinho			1			1	1				1		4	2					27	1	3	2	2	37	1	1	2	1	1	3			2			2		11	1	1	1		6			9	61										
Mineração	1	4					1	3	1		1	2	13				3	2	3	4		1	3		16	4	1	4	1	3	3						3	20	1	3		3		1	1	9	58										
Terras						2		1	1			3	7			1		1	1	1	5		3		12	1	3	5	1	2	3	2			1	3	2	2	25	1		1	3	1	4	2		12	56								
Florestas	1	3	2			1	3			2			12			2	1	1	2	5	1	1	1	1	14	1				2	1	1				2	1	3	11		1	1		3	4	2		11	48								
Águas	1	1	1	2			1		1	1			8					4	2	8	1	1	1	1	16			4						2	1	2		12			1	1	1	1	2	6	42										
Transporte	1						1		1		2		5		1		2	1	1	3	1	1	1	10	2	1	1	1				1	1	1			8				2	1				3	26										
Ciência						1					1		3						8	1	2		1	12		1							2			1	4	1	1							2	21										
Poluição				1								1							3	1			4							1				2	1	1		3	8	2		3	2	1			8	21									
Antártica																		4										1						2													4	12									
Cidades																	1		1		1	1		5																							5										
Quilombolas																																	2														2	5									
Total mensal	31	24	23	29	9	8	41	15	32	28	31	49	320	8	13	21	17	22	21	34	108	102	75	68	90	579	60	48	70	69	90	69	53	47	65	53	50	80	754	71	58	76	74	82	80	72	43	556	2.209								

TENDÊNCIA DE ALTA

Biodiversidade, Indígena e Mudança do Clima

- Os temas **Biodiversidade**, **Indígena** e **Mudança do Clima** acumulam mais do que o dobro de atos em relação a janeiro a agosto de 2021 - o crescimento total de atos no mesmo período foi de 10%.
- Essas normas são, sobretudo, de **Regulação** (25%).
- A maior parte delas são aprovações de regimentos internos de núcleos de gestão integrada do ICMBio (Biodiversidade) e prorrogações de prazos para emprego da FNSP (Indígena).

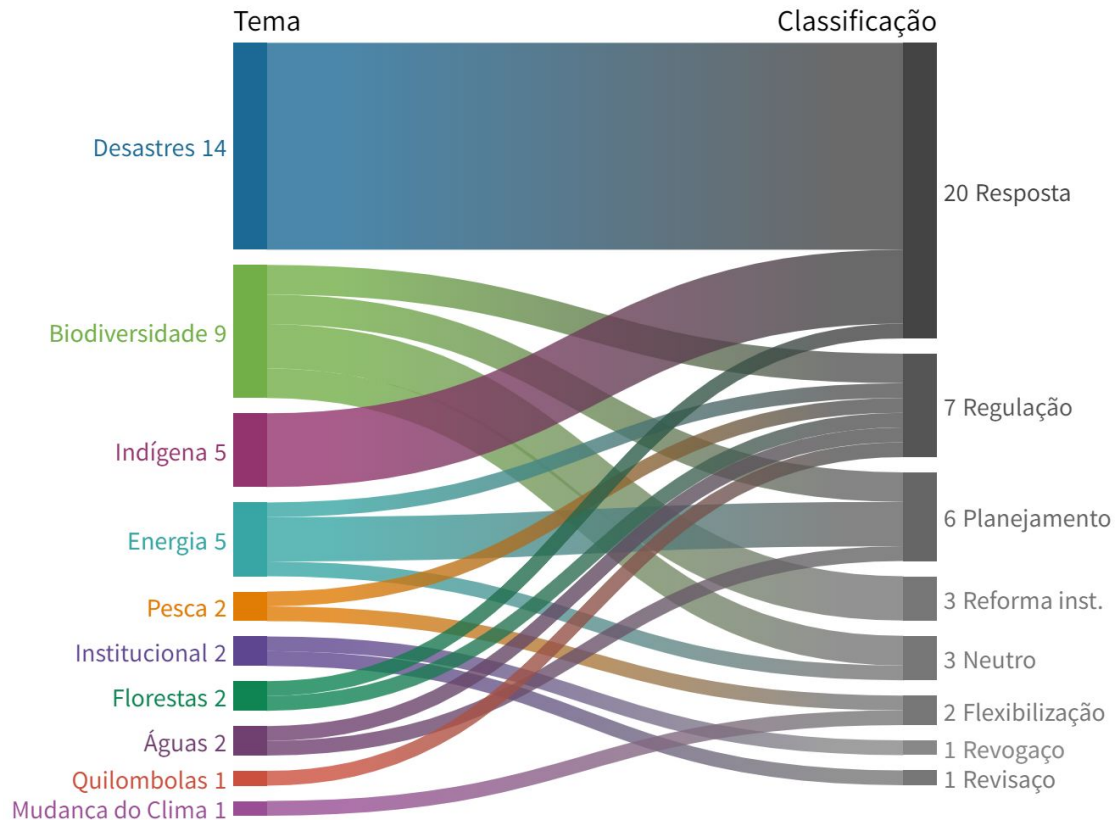
Atos acumulados no ano



Temas e classes

Temas mais frequentes do mês:

- **Desastres;**
- **Biodiversidade;**
- Indígenas;
- Energia.



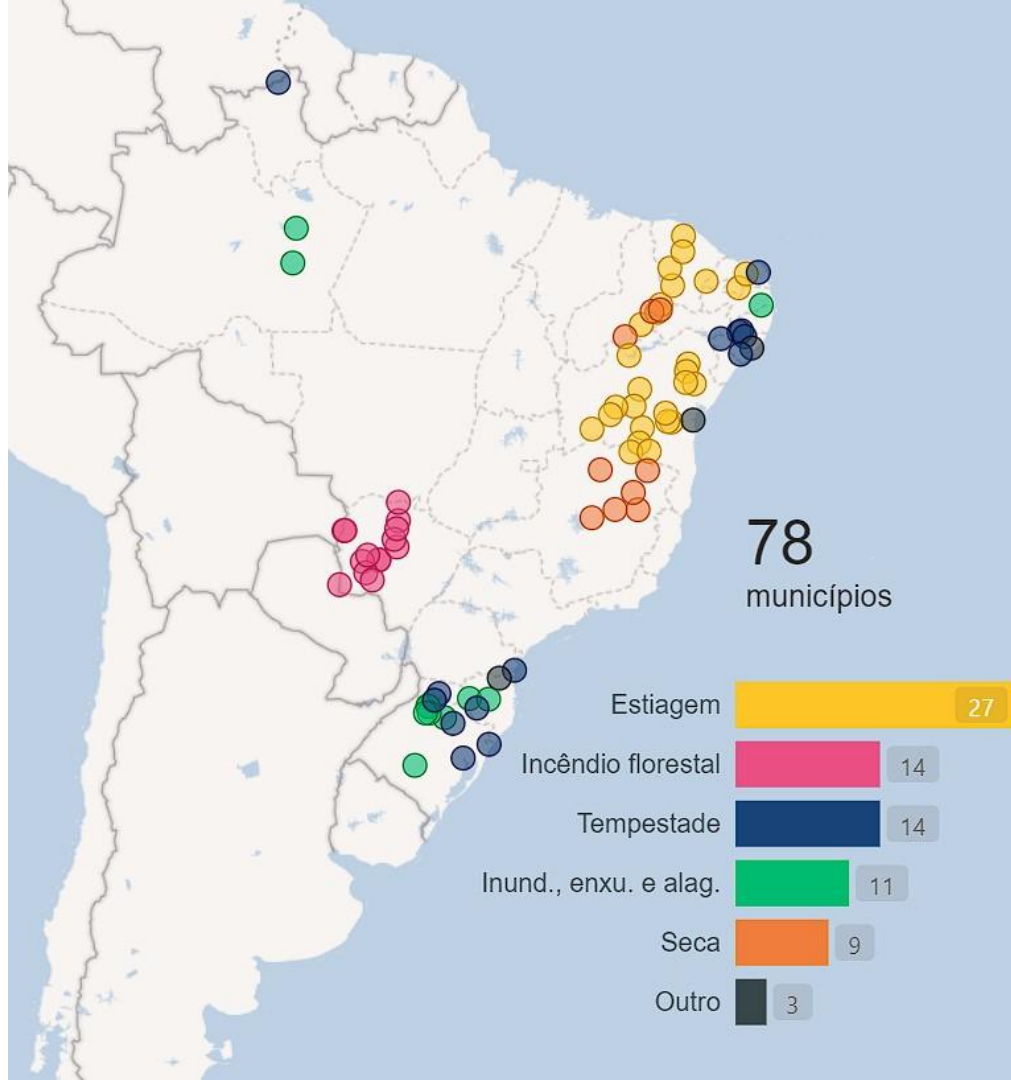
PRINCIPAIS ATOS DO EXECUTIVO - POR TEMA

Desastres

78 municípios foram reconhecidos em situação de emergência e calamidade pública em julho.

Destaque para os reconhecimentos por incêndio florestal. Agosto registrou o **recorde de queimadas** para o mês desde 2010, prenunciando números altos também em setembro.

Acesse nosso Monitor
de Desastres



PRINCIPAIS ATOS DO EXECUTIVO - POR TEMA

Indígenas

PORTARIA MJSP Nº 141, DE 29 DE JULHO DE 2022 – **Resposta**

Autorizou o emprego da Força Nacional de Segurança Pública (FNSP) em apoio à Fundação Nacional do Índio (Funai), na Terra Indígena (TI) Urubu Branco, em Mato Grosso, de 1º a 19 de agosto de 2022. Recente decisão judicial condenou a Funai e a União a pagar R\$ 4 milhões em indenização à comunidade indígena Tapirapé de Urubu Branco por danos morais coletivos, devido à “demora inconcebível” para conclusão da extrusão dos não indígenas dessa TI.

PORTARIA MJSP Nº 148, DE 11 DE AGOSTO DE 2022 – **Resposta**

Autorizou o emprego da FNSP em apoio à Polícia Federal (PF), na TI Guarita, no Rio Grande do Sul, nas atividades e nos serviços imprescindíveis à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, por 90 dias.

PORTARIA MJSP Nº 152, DE 15 DE AGOSTO DE 2022 – **Resposta**

Autorizou o emprego da FNSP em apoio ao Ministério da Saúde, nas atividades do Distrito Sanitário Especial Indígena Guamá-Tocantins, na TI Parakanã, no Pará, nas atividades e nos serviços imprescindíveis à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, por 90 dias, até 13 de novembro de 2022.

PRINCIPAIS ATOS DO EXECUTIVO - POR TEMA

Indígenas

PORTARIA MJSP Nº 150, DE 18 DE AGOSTO DE
2022 – **Resposta**

Autoriza a prorrogação do emprego da FNSP, em apoio à Funai, na Terra Indígena Nonoai, no Rio Grande do Sul, nas atividades e nos serviços imprescindíveis à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, em caráter episódico e planejado, por 90 dias, até 19 de novembro de 2022.

PORTARIA MJSP Nº 144, DE 8 DE AGOSTO DE
2022 – **Resposta**

Autoriza o emprego da FNSP, em apoio à Funai, na TI Camicuã, no Amazonas, nas atividades e nos serviços imprescindíveis à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, por 30 dias. Segundo **noticiado**, a TI tem histórico de atividades ilegais em sua área, incluindo tráfico de drogas e aliciamento de indígenas e menores de idade.

PRINCIPAIS ATOS DO EXECUTIVO - POR TEMA

Energia

DESPACHO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA – Planejamento

Aprovada a Resolução nº 6 que institui o Programa Nacional do Hidrogênio e cria o seu Comitê Gestor. O Programa tem como objetivo fortalecer o mercado e a indústria do hidrogênio enquanto vetor energético no Brasil. O Comitê (Coges-PNH 2) será composto por 9 ministérios, a Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República; a Agência Nacional de Energia Elétrica; a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis; e a Empresa de Pesquisa Energética. Poderão ser criadas Câmaras Temáticas que devem elaborar plano de trabalho trienal, a ser aprovado pelo COGES-PNH 2 em sua reunião ordinária de dezembro de 2022.

Sobre a temática, já foram publicadas as seguintes normas: **Resolução 6/2021** (Determina a realização de estudo para proposição de diretrizes para o Programa Nacional do Hidrogênio), **Resolução 2/2021** (Estabelece orientações sobre pesquisa, desenvolvimento e inovação no setor de energia no País), **Portaria MCTI 6.101/2022** (Institui, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), o Sistema Brasileiro de Laboratórios de Hidrogênio – SisH2-MCTI) e a **Portaria MCTI 6.100/2022** (Institui a Iniciativa Brasileira do Hidrogênio (IBH2) no âmbito do MCTI).

PRINCIPAIS ATOS DO EXECUTIVO - POR TEMA

Biodiversidade

PORTARIA ICMBIO Nº 645, DE 9 DE AGOSTO
DE 2022 – **Regulação**

Institui os Grupos de Assessoramento Técnico (GATs), de acordo com os Anexos I e II da norma, para acompanhar a implementação e realizar monitoria e a avaliação dos Planos de Ação Nacional para Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção. O GAT se reunirá ordinariamente pelo menos uma vez por ano, podendo convidar, se necessário, representantes de outras instituições governamentais, da sociedade civil e especialistas com atuação relevante aos objetivos do PAN. A norma terá vigência de um ano. Revoga 10 portarias do ICMBio sobre o tema.

Florestas

PORTARIA MJSP Nº 123, DE 29 DE JULHO DE
2022 – **Resposta**

Autoriza o emprego da Força Nacional de Segurança Pública, em apoio ao Estado de Rondônia, em caráter episódico e planejado, nas ações de combate aos incêndios florestais e às queimadas, em atividades de defesa civil em defesa do meio ambiente e nos serviços imprescindíveis à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, no âmbito da operação “Guardiões do Bioma – Combate a Queimadas e Incêndios Florestais – 2022”, no período de 1º de agosto a 31 de outubro de 2022.

PRINCIPAIS ATOS DO EXECUTIVO - POR TEMA

Mudança do Clima

PORTARIA MAPA Nº 471, DE 10 DE AGOSTO DE
2022 – Flexibilização

Institui, no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o Plano Setorial para Adaptação à Mudança do Clima e Baixa Emissão de Carbono na Agropecuária – ABC+, com vistas ao Desenvolvimento Sustentável para o período 2020-2030.

Em relação à norma anterior:

(i) constava antes que o potencial de mitigação das ações propostas permitiria redução estimada de emissões de Gases do Efeito Estufa pelo setor agropecuário nacional correspondente a **1.110,4 milhões de Mg CO₂eq até o ano de 2030**. Agora o valor é **de 1.042,41 Mg CO₂eq até o ano de 2030**;

(ii) as Metas e os Eixos Estratégicos do Plano ABC+ deveriam ser realizados a **cada dois anos**. Agora **não há esse prazo**.

Revoga a Portaria MAPA nº 323, de 21 de outubro de 2021.

An aerial, black and white photograph of a vast, dense Amazonian forest. A winding river or canal cuts through the thick canopy, creating a complex network of waterways. The forest appears as a textured, dark green expanse. In the lower-middle section of the river, a small, light-colored boat is visible, providing a sense of scale to the immense landscape.

FOCO AMAZÔNIA

UM OLHAR ESPECIAL PARA AS
POLÍTICAS CLIMÁTICAS DA AMAZÔNIA
LEGAL

FOTO: GUSTAVO FRAZÃO/SHUTTERSTOCK

AM | LEG
PLO N° 359 DE 2022

POVOS

Institui a necessidade de o órgão ambiental aguardar anuência ou não da FUNAI, quanto à concessão ou renovação de licenciamento ambiental, em empreendimentos na faixa de dez quilômetros no entorno de terra indígena.

AM | LEG
PLO N° 385 DE 2022

ÁGUAS

Dispõe sobre a realização de análise para a detecção da presença de agrotóxicos, nas substâncias químicas e radioativas nas águas sob o domínio estadual e na água destinada ao consumo humano no Estado do Amazonas.

AC | EXE
EXTRATO N.º 01/2022

MEIO AMBIENTE

Dispõe sobre as determinações técnicas para empreendimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores ou daqueles que possam gerar degradação ambiental de impacto local em Rio Branco.

AM | EXE
IN N°003

PESCA

Reconhece o Acordo de Pesca e estabelece regras para o manejo dos ambientes aquáticos do Alto Juruá, localizado no município de Eirunepé-AM.

AM | EXE
IN N° 004

PESCA

Reconhece o Acordo de Pesca e estabelece regras para o manejo dos ambientes aquáticos do entorno da Reserva de Desenvolvimento Sustentável-RDS Rio Amapá, localizada no município de Manicoré/AM.

AM | EXE
LEI N° 11.861

BIODIVERSIDADE

Altera a Lei nº 8.830, de 21 de janeiro de 2008, que dispõe sobre a Política Estadual de Gestão e Proteção à Bacia do Alto Paraguai no Estado de Mato Grosso e dá outras providências.

Foco Amazônia #9 | Ago.2022

ATOS E PROPOSTAS POR TEMA E RELEVÂNCIA



Leia o **Balanço mensal** do
Foco Amazônia na íntegra

[Clique aqui para
acessar](#)



PODER LEGISLATIVO FEDERAL

ANÁLISE DAS MOVIMENTAÇÕES E
MONITORAMENTO DAS PROPOSTAS
LEGISLATIVAS

MOVIMENTAÇÕES LEGISLATIVAS

Esforço concentrado

Houve esforço concentrado na **Câmara dos Deputados** (primeira e última semana do mês) e no **Senado Federal** (duas primeiras semanas do mês). Apesar de alguns desdobramentos legislativos, não houve a aprovação de matérias prioritárias e controversas como os projetos envolvendo licenciamento ambiental, mineração em terras indígenas, agrotóxicos e regularização fundiária.

Energia Offshore

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) do Senado Federal **aprovou** em caráter terminativo o marco regulatório da energia offshore. O **Projeto de Lei (PL) 576/2021** visa disciplinar a outorga de autorizações para aproveitamento de potencial energético em alto-mar, englobando exploração eólica, solar ou das marés. A matéria está agora na Câmara dos Deputados.

MOVIMENTAÇÕES LEGISLATIVAS

Vale do Javari

Aprovado na Comissão Temporária sobre a Criminalidade na Região Norte do Senado Federal um documento no qual defende-se o emprego das Forças Armadas de forma emergencial para a garantia da lei e da ordem no Vale do Javari e na Terra Indígena Yanomami. É proposta também a alteração da Lei Complementar 97/1999 para que seja estabelecida a competência permanente e subsidiária das Forças Armadas para atuar na prevenção e repressão de delitos que atentem contra os direitos indígenas. Outra medida é a indicação de alteração do Estatuto do Desarmamento a fim de que integrantes da FUNAI tenham porte de arma nas atividades de fiscalização. Destacam a necessidade de se reforçar o Parlamento Amazônico (Parlamaz).

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

AS MOVIMENTAÇÕES NAS
PRINCIPAIS AÇÕES SOBRE CLIMA
E MEIO AMBIENTE



FOTO: MARCELLO CASAL JR/AGÊNCIA BRASIL

JUDICIÁRIO

Presidência do STF

A ministra Rosa Weber **foi eleita** presidente do Supremo Tribunal Federal (STF). O ministro Luís Roberto Barroso foi escolhido pelos colegas como vice-presidente da Corte. A posse está prevista para 12 de setembro. A eleição é, por tradição, protocolar. Os ministros elegem para a presidência o magistrado mais antigo que ainda não tenha ocupado o cargo. Rosa Weber está no STF desde 2011, tendo sido indicada pela então presidente Dilma Rousseff. A ministra é relatora de uma das ações da chamada **Pauta Verde no STF**, a **Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) 59** questionando a União pela paralisação do Fundo Amazônia. O processo chegou a entrar na pauta de julgamento virtual em agosto, mas foi retirado.

Termelétricas bloqueadas

Foi **proferida decisão** pela juíza da 2ª Vara da Fazenda Pública do Rio de Janeiro, na qual se determinou a interrupção da instalação, pela empresa Karpowership (KPS), de 4 usinas flutuantes de gás natural na Baía de Sepetiba (RJ). A suspensão ocorre até que se apresentem e aprovem os estudos de impacto ambiental das termelétricas.

CONJUNTURA

OS PRINCIPAIS FATOS E AS
POLÍTICAS EM CURSO

CRISES/RETROCESSOS/POLÊMICAS

Amazônia em chamas e novo ‘Dia do Fogo’

A Amazônia registrou o **maior número de queimadas para agosto desde 2010**, com 33.116 focos, segundo dados do Programa Queimadas, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). No mês passado, o bioma teve também o dia com mais queimadas em agosto em duas décadas: 3.358 focos de calor em 22 de agosto de 2022. Esse número supera o volume registrado em 10 de agosto de 2019, quando fazendeiros arquitetaram queimadas criminosas em Novo Progresso (Pará), episódio que ficou conhecido como ‘Dia do Fogo’.

O município líder em queimadas foi Apuí, no sul do Amazonas, que ficou encoberta por uma densa fumaça poluente. Segundo o órgão meteorológico MetSul, a fumaça das queimadas **chegou** à região sul do país.

De acordo com a **Folha de S.Paulo**, a operação Jumeri, de órgãos ambientais e de polícia em Mato Grosso, impediu um novo ‘Dia do Fogo’. O uso do fogo está proibido em Mato Grosso de 10 de julho a 30 de outubro deste ano. Queimadas propositais estavam sendo orquestradas no município de Colniza, nas divisas com Amazonas e Pará. Uma frente de inteligência e fiscalização impediu que a maior parte delas ocorresse, a partir de articulação entre órgãos estaduais e municipais. Ainda assim, Colniza figurou entre os dez municípios com maior incidência de queimadas registradas em agosto.

CRISES/RETROCESSOS/POLÊMICAS

Garimpo ilegal em alta, apreensão em baixa

Enquanto o desmatamento e os conflitos relacionados à invasão de terras indígenas por garimpeiros têm aumentado na Amazônia, a apreensão e destruição de maquinário utilizado em crimes ambientais caiu drasticamente. Levantamento feito pelo Observatório do Clima sobre a quantidade de equipamentos apreendidos e inutilizados pelos agentes do IBAMA nos últimos três anos evidenciou uma queda expressiva. Em 2018, o IBAMA apreendeu 2.391 equipamentos utilizados em atividades ilegais na Amazônia; em 2021, esse número foi de 452, uma queda de 81%. Somente 2% das operações de fiscalização resultaram na destruição de maquinário pelos agentes federais.

FUNAI interfere no trabalho da Polícia Federal

Em telefonema interceptado pela Polícia Federal com autorização judicial, em fevereiro, o presidente da FUNAI, Marcelo Augusto Xavier, ofereceu apoio a um servidor da fundação, posteriormente exonerado, detido sob suspeita de participação em esquema criminoso de arrendamento de terras indígenas para criação de gado. A revelação do áudio anexado ao relatório da PF foi feita por [O Globo](#). A PF encaminhou o documento à Justiça Federal no qual os investigadores afirmam que “é possível concluir que o presidente do órgão, Marcelo, tem conhecimento do que está se passando, sendo possível que esteja dando sustentação à ilegalidade ora investigada”. Marcelo Xavier, que preside a FUNAI desde 2019, é delegado da PF.

CRISES/RETROCESSOS/POLÊMICAS

Planos e acordos setoriais

Decreto do Ministério do Meio Ambiente de maio deste ano regulamentou os planos setoriais de mitigação das mudanças climáticas, dando a setores econômicos específicos a possibilidade de apresentar propostas de redução de emissão de gases de efeito estufa. Até julho, seis associações – Abiogás, Única, Abeeólica, Abrelpe, Abal e **ABIR** – haviam assinado protocolo de intenções com o MMA contemplando plano de trabalho para definição das metas progressivas e graduais e cronograma do seu plano de mitigação. O prazo para apresentação das propostas de planos setoriais se encerra em maio de 2023. A tendência é a proliferação de acordos como esse – sobre os quais não há um procedimento claro para transparência e acompanhamento.

Edital do Fundo Clima

Encerrou-se no dia 31 de agosto o prazo para municípios ou consórcios públicos municipais inscreverem propostas para apoio financeiro do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (FNMC). O edital foi aberto em junho para projetos e estudos para mitigação das emissões de gases de efeito estufa e adaptação aos efeitos das mudanças climáticas. Como o valor destinado a princípio é de R\$ 525.980, com mínimo de R\$ 262.990 e máximo de R\$ 525.980, serão contempladas uma ou duas propostas. Em julho, o STF julgou procedente a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 708, na qual foi denunciada omissão do governo federal por paralisar e contingenciar recursos do Fundo Clima.

CRISES/RETROCESSOS/POLÊMICAS

BR 319 e grilagem

Em julho, reportamos em nossa análise mensal a concessão da **licença prévia** (LP) para a reconstrução da BR 319, no Amazonas, no trecho Porto Velho - Manaus, conhecido como Trecho do Meio. Indígenas afirmam que **não foram ouvidos** acerca do empreendimento, contrariando normas como a convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual o Brasil é signatário. Reportagem da **Folha de S.Paulo** mostra também que documentos para o licenciamento apontaram o risco de grilagem. Além disso, o próprio plano do Ministério da Economia pode regularizar propriedades com indícios de apropriação criminosa de terras, segundo o **InfoAmazonia**.

Cristalino II

A revogação do decreto que criou o Parque do Cristalino II, no estado de Mato Grosso, foi suspensa por um erro processual do **Tribunal de Justiça**, dessa forma o processo ainda está aberto e a causa não está perdida. O pedido de revogação foi movido por uma empresa que apontou a ausência de consultas públicas durante a criação da Unidade de Conservação, em 2001. A empresa se declarou diretamente afetada pois a área da UC comprometeu imóveis de sua titularidade. A **mobilização** da sociedade civil segue na defesa do Parque, fundamental na conservação da biodiversidade do estado.

Lei do Pantanal

A **flexibilização da legislação** do Estado de Mato Grosso que protege o Pantanal está em questionamento na Justiça. Aprovada em julho e sancionada no início de agosto, a **Lei nº 11.861, de 03 de agosto** flexibilizou a chamada Lei do Pantanal (Lei nº 8.830, de 21 de janeiro de 2008), sobre a Política Estadual de Gestão e Proteção à Bacia do Alto Paraguai no Estado de Mato Grosso.

As alterações permitem a pecuária extensiva em uma área maior do bioma, com liberação de criação de gado em áreas de preservação permanente e reserva legal. O Ministério Público do Estado de Mato Grosso (MPMT) **entrou com ação direta de inconstitucionalidade (ADI)** contra a nova lei.

Óleo nas praias

Exatamente três anos depois de aparecerem as primeiras manchas de óleo nas praias do Nordeste, caracterizando o maior desastre ambiental ocorrido na zona costeira do Brasil, que se estendeu por mais de 4.000 km entre o Maranhão e o norte do Rio de Janeiro, atingindo 11 estados, 130 municípios, 1.009 localidades e mais de 40 unidades de conservação, voltam a aparecer manchas de óleo no litoral brasileiro. Desta vez, em 4 estados - **PE, PB, AL e BA**. Também como em 2019, o IBAMA, Estados e Capitania dos Portos trabalham juntos no monitoramento e na análise das manchas para verificar se o óleo tem a mesma origem. No entanto, o MMA não acionou o PNC - Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional, no qual continua sendo a autoridade nacional, segundo **decreto** publicado em 2022.

NO RADAR - BRASIL

Hidrogênio

O Ministério das Minas e Energia publicou em agosto o Programa Nacional do Hidrogênio, que ainda vai propor um conjunto de políticas para o setor.

Segundo a **Capital Reset**, em todas as suas declarações públicas, integrantes do governo brasileiro vêm afirmando que não pretendem oferecer subsídios nem privilegiar uma “cor” de hidrogênio em relação a outra”.

O hidrogênio produzido a partir do gás é chamado de “hidrogênio azul”, enquanto aquele abastecido por fontes renováveis, como biomassa, é “hidrogênio verde”.

Nos últimos meses, o hidrogênio tem aparecido mais e mais nos discursos de autoridades federais e estaduais, principalmente do **Nordeste** brasileiro. A maioria dos projetos ainda está em fase de estudos exploratórios.

NO RADAR - BRASIL

Segundo o **Valor Econômico**, a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) estuda criar uma regra para controlar o risco de desmatamento da Floresta Amazônica pela cadeia de carne bovina. **Minuta** de documento em discussão pela Febraban trata de gestão de risco de desmatamento via autorregulação focada nos frigoríficos

Esses terão que garantir que não comprem gado de áreas onde houve desmate ilegal no bioma até 2025. Do contrário, perderão acesso ao crédito. Isso deve forçar que esses atores avancem com a rastreabilidade da sua cadeia de fornecedores, do bezerro ao abate.

Hoje, o principal desafio da indústria é garantir a visibilidade sobre os fornecedores indiretos, aqueles que vendem bezerros ou bois magros para os fornecedores diretos, que fazem a engorda.

BRASIL

Eleições

No primeiro debate presidencial, meio ambiente e mudanças climáticas ficaram fora de foco. Nenhum candidato pautou políticas para povos indígenas.

- **Lula** (44% das intenções dos votos): em sabatina na Globo, o ex-presidente atribuiu que a luta a favor do meio ambiente e contra o desmatamento é um motivo de afastamento de uma parte do agronegócio de sua candidatura. Referiu-se a essa parcela como “fascista e direitista”. **A afirmação não foi bem recebida pelo setor.** No debate da Band, Lula afirmou que durante sua presidência, na COP-25, assumiu o compromisso de redução de 80% do desmatamento e criticou as políticas do atual governo. Sobre a acessão do Brasil à OCDE, o petista afirmou que dará prioridade ao processo se a

pauta auxiliar, de alguma forma, no combate à pobreza. Também deu sinais de que **priorizará as relações com a União Europeia**, em vez da OCDE.

- **Bolsonaro** (32%): alheio às cobranças e ao isolamento, voltou à carga contra governos estrangeiros por críticas à política ambiental brasileira. “*Nenhum desses que nos atacam possui autoridade para fazê-lo. Se queriam uma linda floresta para chamar de sua, que tivessem preservado as de seu próprio país*”, escreveu Bolsonaro em um post no Twitter. Em sabatina na Globo, Bolsonaro defendeu a não destruição de equipamentos apreendidos em ações contra o desmatamento ilegal e afirmou que o Ibama comete abusos em suas ações de fiscalização. Como relatamos anteriormente, levantamento do Observatório do Clima sobre evidenciou queda expressiva na quantidade de equipamentos apreendidos e inutilizados pelos agentes do IBAMA nos últimos três anos.

BRASIL

Eleições

Ciro (7%): prometeu a retomada da fiscalização e do combate ao desmatamento na Amazônia. “A algema vai voltar a funcionar no primeiro dia do meu governo, disso ninguém duvide”, disse **Ciro** em entrevista ao *Jornal Nacional* (TV Globo). Ele também defendeu um projeto de desenvolvimento sustentável para a região, de maneira a oferecer à população amazônica novas oportunidades de geração de renda e emprego que não resultem na destruição da floresta. “O nosso povo só sabe desmatar, pegar a madeira de lei sensível. Corta e ganha US \$2 mil por um metro cúbico, dois metros cúbicos de mogno. Ele não entende como ele vai passar fome com o filho dele (...) com aquela árvore ali podendo dar US \$2 mil com contrabando absolutamente grave”. Estadão e Poder360 destacaram as promessas ambientais do candidato.

Simone Tebet (3%): prometeu durante sabatina realizada por O Globo, Valor e CBN que buscará o desmatamento ilegal zero em todos os biomas brasileiros durante seu governo. “O desmatamento ilegal é zero. Só isso resolve o problema com o Acordo de Paris. Se é ilegal, não pode servir para o Cerrado, para a Caatinga, para os Pampas gaúchos, para nada”, disse a presidenciável do MDB. Tebet também defendeu a demarcação de Terras Indígenas, dizendo ser contra “toda invasão dessas áreas antes, seja por um lado, seja por outro”.

CRISES/RETROCESSOS/POLÊMICAS

Em defesa da democracia

Agosto foi marcado por manifestações em defesa da democracia e contra o autoritarismo. No tradicional 11 de agosto, foi lida a "Carta às brasileiras e aos brasileiros em defesa do Estado Democrático de Direito" na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, remetendo à histórica "Carta aos Brasileiros", lida no mesmo local em 1977, contra a ditadura militar. Cinco dias depois, Alexandre de Moraes tomou posse na presidência do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Na cerimônia, Jair Bolsonaro ficou frente a frente com os ex-presidentes do Brasil José Sarney, Michel Temer, Dilma Rousseff e o atual candidato Lula, e testemunhou um apoio quase unânime à fala de Moraes em defesa do sistema eleitoral brasileiro. Só não aplaudiram de pé o presidente da República e seus apoiadores.

Em defesa da espécies ameaçadas

O Tribunal de Contas da União (TCU), respondendo a representação do Ministério Público Federal, determinou que **espécies ameaçadas não poderão ser exploradas**, solicitando ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) que corrija a flexibilização colocada pela Portaria MMA 73/2018, que alterou a MMA 445/2014. A norma de 2018 estendeu inadequadamente o uso sustentável sobre as espécies da fauna aquática dos grupos “Criticamente em Perigo” e “Em Perigo” da Lista Nacional de Espécies Ameaçadas. O uso sustentável deve ficar restrito às espécies classificadas no grupo de “Vulneráveis”.

Destaques no Twitter



Nuvem de frases mais frequentes nos tuítes do mês, **monitorados em parceria com a Folha de São Paulo**, de autoridades do país (presidente, ministros, congressistas, entre outros) e especialistas relacionados ao meio ambiente e mudanças climáticas.

- **Bolsonaro, combustíveis e Petrobras:** reduções no preço dos combustíveis foram destaque do monitoramento, agosto acumulou dois **anúncios de redução**. As reduções acontecem após a **posse de Caio Paes de Andrade, indicado por Bolsonaro**, na presidência da Petrobras. A alta dos combustíveis vinha sendo ponto de preocupação para a campanha à reeleição do presidente, e foi motivo de atrito entre o governo federal e a estatal e também com os governos estaduais.
- **Dia Internacional dos Povos Indígenas** (9 de agosto): autoridades monitoradas utilizaram a rede para celebrar a data e criticar políticas e projetos de lei que enfraquecem direitos dos povos indígenas.
- **Desmatamento na Amazônia:** segundo o Imazon (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia), 10.781 km² de floresta derrubada entre agosto de 2021 e julho de 2022 (ano Prodes), maior valor da série do monitoramento, iniciado em 2008.
- **Funai:** a Polícia Federal interceptou um áudio, do presidente da Funai, Marcelo Augusto Xavier, onde oferece apoio a servidor que acabou detido por arrendar terras indígenas no Mato Grosso. A mídia integra um relatório que investiga irregularidades no órgão.
- **IBAMA:** em sabatina na Globo, Bolsonaro afirmou que o IBAMA **comete abusos em suas ações de fiscalização**.

Guerra e gás

A invasão da Ucrânia por Putin está sendo usada como justificativa para que novos projetos de gás e GNL (que não serão construídos a tempo de ajudar no suprimento de energia de curto prazo e na inflação) sejam encampados mundo afora. Governos estão indo às compras para nova produção de gás (GNL), sob o risco de criar dependência de longo prazo e gerar ativos encalhados em um mundo que precisa se mover para enfrentar a crise climática.

Dados sugerem que os investimentos em nova infraestrutura de GNL devem alcançar US\$ 42 bilhões em 2024, ou seja, 20 vezes o valor de 2020, quando apenas US\$ 2 bilhões foram investidos em novos projetos de GNL. No contexto ecológico e geopolítico de 2022, porém quem vai às compras também tem

de gerenciar riscos reputacionais - vide Alemanha, que está sendo questionada doméstica e internacionalmente pelas alianças de gás que tem feito.

É provável que os altos preços do gás se sustentem globalmente até pelo menos 2025, elevando os custos de energia doméstica e minando a competitividade das indústrias dependentes de gás. Os preços altos colocam pressão fiscal adicional sobre os países que subsidiam a eletricidade baseada em gás.

No Brasil (assim como em outros países da América Latina), o lobby pró-GNL também tem surtido efeito. Via MP da Eletrobrás, foi prevista a contratação de 8GW de gás e outros fósseis. Ativistas buscam adiar ou suspender os leilões - que ainda podem ocorrer em 2022.

Primeiro e maior pacote climático dos Estados Unidos

Negociações em torno de um pacote climático e de energia tiveram um final feliz. A chamada “Lei de Redução da Inflação de 2022” direciona US \$369 bilhões para energias renováveis, florestas e projetos que apoiam a justiça climática no país. Conforme análise da presidente da Talanoa, Natalie Unterstell, a aprovação desta lei altera não apenas o cenário energético, mas também o quadro político. Simbolicamente, se os Estados Unidos se movem, o mundo todo se movimenta. Um sinal disso foi que, dias após a lei passar nos EUA, a Alemanha anunciou planos de investimentos da ordem de US \$180 bilhões, em transição energética. Um dos incentivos contidos no pacote se trata de crédito tributário de até US \$3 para cada quilo de hidrogênio verde (o que poderá colocar a produção americana em clara **vantagem** de preço em relação ao resto do mundo).

Agenda climática entre EUA-China é suspensa

No início de agosto, Pequim anunciou uma série de medidas destinadas a **retaliar** os EUA pela “provocação flagrante” de Nancy Pelosi, presidente da Câmara dos Deputados dos EUA, em visita a Taiwan. A China, que considera Taiwan seu território e lançou exercícios militares em larga escala perto da ilha, disse que deixará de cooperar com os EUA na agenda climática. A ruptura coincide com o mês em que se registrou a pior onda de calor jamais registrada na China. Por outro lado, ela pode esfriar as conversas na COP27. Após a aprovação do pacote climático pelo Congresso americano, a relação entre os dois maiores países emissores deve ser de intensa **competição** tecnológica.

Carros a gasolina: o adeus

Em 2035, não vamos mais encontrar carros novos movidos a gasolina à venda no mercado. Isso está garantido em países como Reino Unido, Dinamarca e França. Em breve, estará também na Califórnia, que aprovou uma regra inovadora e que efetivamente proibiria as vendas de novos veículos de passageiros movidos a gasolina a partir de 2035. O California Air Resources Board (CARB) aprovou a norma “Advanced Clean Cars II”, que exige que as montadoras ofereçam apenas veículos elétricos e outros veículos de emissão zero (ZEVs) no estado, até o prazo de 2035. Essa é a primeira medida do tipo no país e mira a eletrificação das frotas de veículos. As regras não afetam os veículos usados a combustão que circulam atualmente, mas definem metas graduais para os próximos anos.

Usinas nucleares: a retomada

Muitas das usinas nucleares existentes foram desativadas no Japão e mundo afora após o gravíssimo desastre de Fukushima, ocorrido há 11 anos. Em agosto, o Japão anunciou que está disposto a considerar uma grande mudança no seu arcabouço de energia nuclear: Fumio Kishida, o primeiro ministro japonês, **anunciou** a disposição de retomar as usinas e **criou** um comitê de avaliação da reativação de usinas ociosas e investimentos em novas plantas atômicas. Kishida usou a invasão da Ucrânia pela Rússia, e os seus efeitos sobre o cenário energético, para justificar a mudança. Deve incentivar outros países a retomarem a nuclear.

Integridade das metas privadas de *net zero*

O Secretário Geral da ONU criou, na COP 26, um Grupo de Especialistas de Alto Nível sobre Compromissos Net Zero de entidades não estatais. Participa do grupo o ex-presidente do BNDES e ex-ministro Joaquim Levy.

O grupo lançou uma **consulta pública** (fechada em 31 de agosto) para refletir sobre o que a integridade de compromissos *net zero* deve significar para atores privados. Foram realizadas reuniões de consulta regionais, inclusive na América Latina.

Outras consultas também estão abertas para sugestões, incluindo os **“Princípios Orientadores Net Zero”** liderados pela International Standards Organization (ISO) e o desenvolvimento de **padrões de sustentabilidade financeira** do International Sustainability Standards Board (ISSB).

Vanuatu anuncia NDC de alta ambição

A pequena nação insular de Vanuatu, com seus 280 mil habitantes, apresentou uma **ambiciosa atualização de suas metas climáticas** (NDC), incluindo compromisso em ter 100% de sua energia baseada em fontes renováveis até 2030 e valores de perdas e danos causados pelas mudanças climáticas. O documento de Vanuatu é considerado um exemplo para as outras nações porque contém um comprometimento objetivo com a descarbonização e também traz programas de adaptação e mitigação com seus respectivos custos.

Clima no G20, e entre Brasil e Indonésia

O Brasil, representado pelo Ministério do Meio Ambiente, participou da **reunião ministerial sobre Meio Ambiente e Clima do G20**, em Bali. O encontro teve como foco a transição energética justa: a Indonésia, atual presidente do G20, está avançando mecanismo de aposentadoria precoce de térmicas a carvão em parceria com o Banco de Desenvolvimento da Ásia. A transição energética justa foi tratada como solução para múltiplas crises: climática, macroeconômica e geopolítica. No entanto, o encontro foi considerado um fracasso, atribuído à frágil presidência.

Antes do encontro, Brasil e Indonésia lideraram **reação conjunta** com 11 países contra a proposta da União Europeia (UE) de barrar a importação de commodities ligadas ao desmatamento.

A principal crítica do grupo de 13 países é à ação unilateral dos europeus. No entanto, Estados Unidos e China discutem medidas similares, e o Reino Unido já adotou legislação específica de *due diligence* em relação ao risco de desmatamento. A UE anunciou, em 2021, um plano para restringir a importação de produtos oriundos de áreas com desmatamento. O Brasil, Argentina e Paraguai já a questionavam na Organização Mundial de Comércio (OMC).

A Indonésia vinha **buscando rotular** o Brasil como único vilão na agenda de desmatamento. Essa “virada” significa que o coro “engrossou”. Além da relação diplomática do governo atual com a Indonésia, a campanha da chapa Lula-Alckmin estaria em conversas com outros países florestados, como Congo e Indonésia, para discutir uma possível coalizão florestal.

NO RADAR - INTERNACIONAL

Tratado para o Oceano: mais um fracasso

As infundáveis negociações para concluir um novo tratado internacional para proteger o oceano foram suspensas sem sucesso na sede da ONU em Nova York no dia 26 de agosto. O tratado versa sobre a importância da conservação e o uso sustentável da biodiversidade marinha em áreas fora das jurisdições nacionais, que significam mais de 60% do oceano. Apesar da frustração em se terminar mais uma rodada sem a conclusão, esta rodada foi elogiada por muitos como “o mais próximo que chegamos de chegar a um consenso”, com sugestão até que foi feito “**mais progresso nesta sessão do que na última década**”. Sem data marcada, mas com relativo otimismo, as organizações ambientalistas da *high seas alliance* acham que o trabalho para o tratado final pode ser concluído com relativa rapidez se os Estados estiverem dispostos a cooperar, mantendo vivo o prazo dado pela ONU de 2022.

Degelo na Groelândia

Confirmando todas as previsões realizadas pelo IPCC, um recente estudo liderado pela Dinamarca e publicado na *Nature Climate Change*, alerta que o aumento do nível do mar é agora “inevitável” devido ao desprendimento de icebergues na Groelândia. O estudo demonstra que mesmo que os combustíveis fósseis deixem de ser utilizados e que o Acordo de Paris entre em vigor na maior parte do mundo, o **aumento do nível do mar nos próximos anos será de, pelo menos, 27 centímetros**. Estamos atrasados nas medidas de adaptação e o tique-taque avança inexoravelmente.



TENDÊNCIAS

PARA ONDE CAMINHAMOS NO
BRASIL E NO MUNDO

Assembleia Geral da ONU

A 77ª Assembleia Geral da ONU (UNGA), entre 19-23 de setembro, em Nova York, ocorrerá mais uma vez em um momento de crise. No contexto de ondas de calor extremas e secas em todo o mundo, preocupações crescentes sobre os impactos sociais e econômicos do aumento incessante dos preços dos alimentos e dos combustíveis e as tensões geopolíticas contínuas, soluções são urgentes.

O contexto geopolítico tenso inevitavelmente afetará a Cúpula dos Líderes do G20 e as negociações da COP27, que ocorrerão em novembro. Considerada a pedra angular do multilateralismo, a Assembleia Geral da ONU continua sendo um espaço único de confiança onde os países podem se unir para aumentar a cooperação e a solidariedade diante de desafios comuns.

É esperado que alguns dos principais emissores usem a UNGA para fazer anúncios climáticos ambiciosos - particularmente a Austrália, com novo governo eleito, e os EUA, a partir do pacote climático aprovado no seu Congresso. Os americanos inventaram uma **cúpula ministerial sobre energia limpa** (*leia mais a seguir*), em Pittsburg, logo após a UNGA.

Pelo Brasil, o presidente Bolsonaro confirmou presença na Assembleia, ainda que seja candidato em plena campanha à reeleição. Há rumores de que guarde o convite como uma “carta na manga”, podendo ou não se fazer presente, a depender das circunstâncias do cenário eleitoral à época. Não há expectativas de anúncios ambiciosos na seara climática, até o momento. Há rumores de que órgãos do governo federal estejam preparando um plano de implementação da NDC - a confirmar.

Gás

O PNUMA lançará em setembro um relatório sobre o gás na América Latina e Caribe. Foram analisados três cenários: business-as-usual (BAU); à base de gás; baseado em energia renovável. Em 2019, 26% da matriz latinoamericana era baseada em gás - isso pode aumentar para 50% em um cenário business-as-usual.

O relatório deve concluir que não há argumento sólido para considerar o gás um combustível de transição para a sustentabilidade energética na região.

A mensagem deve atrapalhar os planos de candidatos ao Palácio do Planalto: Lula incluiu em seu programa de governo a menção do gás como “combustível de transição”, assim como Ciro, que fez inclusive vídeo de campanha com essa mensagem.

...na UNGA, na COP 27 e no G20

Ministros presentes ao evento de Energia Limpa organizado pelos EUA após a UNGA devem tratar de gás. Os membros do G20, incluindo países da América Latina, comprometeram-se em 2009 a racionalizar e eliminar gradualmente os subsídios ineficientes aos combustíveis fósseis. O G7 e o México se comprometeram com um prazo de 2025. Mais recentemente, na COP26, o acordo de Glasgow visa a eliminar gradualmente os subsídios aos combustíveis fósseis. No entanto, até agora pouco avançou.

A pressão deve aumentar para que os líderes renovem seus compromissos com o *phase down* dos subsídios aos combustíveis fósseis. O IEA Benchmark sugere que o uso de gás deve atingir o pico em 2025 para os países da OCDE e logo após fora da OCDE.

Pacote de transição justa da África do Sul

Na COP26, foi anunciada uma parceria inédita chamada “Transição Energética Justa” (com a sigla JET-P) entre a África do Sul, União Europeia e Estados Unidos. Os parceiros aportarão US\$ 8,5 bilhões iniciais para apoiar a implementação da NDC revisada da África do Sul. Este acordo foi recebido internacionalmente como uma abordagem colaborativa, inovadora e prática para o financiamento de transições justas, em resposta às necessidades e prioridades de investimento do país em desenvolvimento. Filipinas, Nigéria e Indonésia já adotaram modelos parecidos. A tendência é que esse modelo se espalhe, inclusive para outras searas de transição que não a energética. Fica a dica para o Brasil!



SÉRIE NDC BRASILEIRA

O Instituto Talanoa publicou a primeira de três análises sobre a NDC que queremos para o Brasil, em parceria com a WWF. Este volume se debruça sobre a **transparência**.

Acesse

BRASIL

MMA

Com a aproximação das eleições, a perspectiva é de que os esforços se concentrem nas campanhas.

Ainda assim, no fim de setembro espera-se que o MMA conclua os trabalhos do GT de avaliação e revisão da governança do Fundo Amazônia.

Além disso, há rumores de que MMA e alguns poucos órgãos do governo federal estejam preparando um plano de implementação da NDC. No entanto, as informações de bastidores são contraditórias: há quem diga que se trata de uma mera atualização do documento divulgado pelo ministério como estratégia de longo prazo na COP26. (Este documento sofreu críticas por não conter elementos concretos de política pública).

MRE

Em setembro, espera-se que o Ministério das Relações Exteriores (MRE) **envie o Memorando Inicial do Brasil à OCDE**, como parte do processo de acesso. O documento não deve se tornar público neste primeiro momento e será avaliado por 28 comitês temáticos da Organização. Todos eles avaliarão aspectos de mudança do clima e meio ambiente, como diretriz de políticas. O Comitê de Política Ambiental e o Comitê de Agricultura avaliarão aspectos específicos relativos a desmatamento.

Por outro lado, o Brasil não deve enviar uma nova atualização de sua NDC à UNFCCC (o prazo limite é fim de setembro).

BRASIL

Congresso Nacional

No retorno do recesso parlamentar, há a perspectiva de movimentação das agendas prioritárias do Governo Federal como regularização fundiária, mineração (especialmente em terras indígenas), licenciamento ambiental e agrotóxicos.

Assim como no Governo Federal, os congressistas também deverão dedicar grande parte do período até as eleições para realizar campanhas e articulações. Assim, mesmo com o esforço concentrado, os andamentos de projetos tendem a desacelerar.

NÃO RADAR - NACIONAL E INTERNACIONAL

Agenda 2022

- ❑ 1 de Setembro: IPCC - **6o Relatório de Avaliação** (AR6 - consolidado)
- ❑ 1-2 de setembro: COP27 LatAm Caribbean Forum, em Santiago do Chile
- ❑ 6-8 de setembro: Ministerial do G20 sobre Agricultura, em Bali
- ❑ 16 de setembro: 50 dias até a COP 27
- ❑ 13 a 27 de Setembro: **77ª Assembleia Geral da ONU, em Nova Iorque**
- ❑ 18-19 de Setembro: Ministerial de Clima & Desenvolvimento, em Rwanda
- ❑ 19 a 24 de Setembro: Semana do Clima de Nova Iorque
- ❑ 22 e 23 de Setembro: **Clean Energy Ministerial, em Pittsburgh, EUA**
- ❑ 23 de Setembro: limite para apresentação de atualizações de NDC para a Convenção do Clima
- ❑ 2 de Outubro - Eleições: votação do 1º turno
- ❑ 3 a 5 de Outubro: Pré-COP em Kinshasa, na RD Congo
- ❑ 12-13 de Outubro: Reunião dos Ministros de Finanças do G20
- ❑ 20 a 31 de Outubro: G20 - Cúpula
- ❑ 7 a 18 de Novembro: COP27 da Convenção do Clima, em Sharm El Sheik, Egito.
- ❑ 15-16 de Novembro: G20, na Indonésia
- ❑ 5 a 17 de dezembro - COP15 da Convenção da Diversidade Biológica (CDB), em Montreal, no Canadá.



As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade da Política Por Inteiro.

Termos de uso

Esta análise pode ser compartilhada e citada, na íntegra ou em partes, desde que creditada apropriadamente.

Contato

politicaporinteiro.org

contato@politicaporinteiro.org

Iniciativa



Apoio



NICFI

Norway's
International Climate
and Forest Initiative